



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.428, DE 2024 **(Do Sr. Dr. Victor Linhalis)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência e fiscalização na tramitação de processos relacionados a abusos e violência sexual contra crianças e adolescentes.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Dr. Victor Linhalis

PROJETO DE LEI N.º /2024

(Do Sr. DR. VICTOR LINHALIS)

Apresentação: 18/06/2024 13:05:34,933 - MESA

PL n.2428/2024

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência e fiscalização na tramitação de processos relacionados a abusos e violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de cada unidade administrativa ou judicial que trate do atendimento e investigação de casos de abusos e violência sexual contra crianças e adolescentes, disponibilizarem painéis ou sítios na internet com relação e informações sobre os processos, visando o devido acompanhamento, fiscalização e transparência.

Art. 2º Ficam as instituições administrativas e judiciais obrigadas a disponibilizar, em locais de fácil acesso e em seus respectivos sites, painéis eletrônicos ou páginas específicas contendo as seguintes informações sobre os processos de abusos e violência sexual contra crianças e adolescentes:

I – Número do processo;

II – Matrícula do servidor responsável pelo processo em cada etapa;

III – Andamento do processo, incluindo as etapas já concluídas e as etapas pendentes;

IV – Prazos previstos para cada etapa do processo.

Art. 3º As informações disponibilizadas deverão ser atualizadas, no mínimo, a cada 72 horas, de modo a refletir com precisão o andamento dos processos.

Art. 4º As instituições deverão assegurar que as informações divulgadas respeitem a privacidade e a segurança das vítimas, nos termos da legislação vigente, não expondo dados pessoais ou sensíveis que possam identificar as vítimas.

Art. 5º O descumprimento das disposições desta Lei acarretará as seguintes sanções:

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 845, Brasília/DF, CEP 70.160-900

Fone: (61) 3215-5845 e-mail: dep.dr.victorlinhalis@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.adm.br/leg-assinatura> ou <https://camara.leg.br/legis/2428-2024>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Victor Linhalis







1. **Transparência:** A disponibilização de informações claras e atualizadas sobre os processos permite que as famílias das vítimas e a sociedade em geral acompanhem o andamento das investigações e dos julgamentos. Isso contribui para a construção de uma cultura de transparência nas instituições responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes.
2. **Fiscalização:** Com informações acessíveis, órgãos de controle e a sociedade civil poderão fiscalizar mais efetivamente a atuação das instituições envolvidas. Isso ajuda a identificar e corrigir eventuais falhas ou atrasos na tramitação dos processos, promovendo maior eficiência e celeridade nas investigações e julgamentos.
3. **Segurança e Privacidade:** A proposta assegura que as informações disponibilizadas respeitem a privacidade e a segurança das vítimas, conforme a legislação vigente. A exposição de dados pessoais ou informações que possam identificar as vítimas é estritamente proibida, garantindo que a transparência não comprometa a integridade e a dignidade das crianças e adolescentes envolvidas.
4. **Responsabilização:** O projeto prevê sanções para o descumprimento das disposições estabelecidas, incluindo advertência, multa administrativa e responsabilização dos servidores. Isso cria um mecanismo de responsabilização que incentiva a correta atualização e divulgação das informações, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados.

A implementação desta medida terá um impacto significativo na promoção dos direitos das crianças e adolescentes, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições responsáveis pela proteção dos mais vulneráveis. Além disso, a transparência proporcionada por esta Lei poderá atuar como um fator de dissuasão para potenciais agressores, ao evidenciar o compromisso do Estado com a investigação e punição dos crimes contra crianças e adolescentes.

Por fim, esta iniciativa está alinhada com os princípios da administração pública, especialmente os da publicidade e eficiência, previstos no Art. 37 da Constituição





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **Dr. Victor Linhalis**

Apresentação: 18/06/2024 13:05:34,933 - MESA

PL n.2428/2024

Federal. A transparência e a fiscalização são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e segura para nossas crianças e adolescentes.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa um avanço significativo na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo a transparência, a eficiência e a justiça nas instituições responsáveis pelo seu atendimento e proteção.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS
(Podemos/ES)



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 845, Brasília/DF, CEP 70.160-900

Fone: (61) 3215-5845 e-mail: dep.dr.victorlinhalis@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.adm.br/validacao-assinatura/camara.leg.br/A0245306400000>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Victor Linhalis

